

Introdução

O presente artigo focaliza a caracterização, feita por Marx, da esfera internacional da circulação monetária ou sistema monetário internacional. Esta pesquisa é um subproduto de uma discussão sobre o caráter de mercadoria, atribuído por Marx ao dinheiro e contestado por diversos autores marxistas. Tornou-se essencial, nesta discussão, realizar uma crítica do conceito não marxista do ‘padrão-ouro’ e da sua utilização acrítica por estes autores na objeção à teoria do dinheiro-mercadoria (Germer, 1999). Todavia, esta crítica baseou-se exclusivamente nos conceitos da teoria geral do dinheiro de Marx, sem desenvolver os fundamentos teóricos específicos necessários à análise da esfera internacional da circulação, que derivam da sua teoria. Isto é o que se pretende realizar no presente artigo, em uma primeira aproximação, a fim de ir além da mera crítica ao conceito e propor uma conceituação teórica alternativa.

O objetivo do artigo é deduzir, das indicações dispersas de Marx sobre o tema, uma estrutura conceitual consistente para a análise pretendida. Dado o escasso conhecimento deste aspecto da teoria de Marx, a interpretação oferecida no texto será sustentada em citações literais por vezes extensas, o que é indispensável para fundamentar a interpretação apresentada. Como Marx não desenvolveu uma abordagem específica desta matéria, a tarefa não é fácil. Todavia, o artigo aborda apenas uma parte da estrutura conceitual básica, a relativa aos conceitos da teoria do dinheiro, omitindo a teoria do capital monetário na esfera internacional, remetida a análise posterior.

Cabe um esclarecimento sobre a bibliografia. A maioria das citações literais de obras de Marx foi retirada de edições alemãs, com tradução do próprio autor, indicando-se a sua localização em edições disponíveis em português ou espanhol. Nas citações de *O Capital* omitiu-se o autor e utilizou-se a abreviatura OC, seguida do volume em romanos.

A esfera da circulação como categoria teórica

Para a correta apreensão da teoria do dinheiro de Marx é necessário reconhecer o papel crucial da abstração na obra teórica deste autor. No caso do dinheiro a abstração

permite isolar o fenômeno preciso que lhe dá origem - a simples troca de mercadorias -, excluindo os elementos acessórios e mantendo apenas os essenciais: os produtores inseridos na estrutura de divisão social do trabalho, a propriedade privada individual e plena dos meios de produção e a independência dos produtores uns em relação aos outros. Dentre os elementos estranhos ao fenômeno, aquele cuja exclusão é geralmente mais difícil de ser entendida é a relação-capital, causa de inúmeros equívocos na interpretação da teoria do dinheiro de Marx. No que se refere ao tema deste artigo, a distinção entre esferas de circulação nacionais, ou entre as esferas nacionais e a internacional é outro elemento cuja exclusão Marx apontou como indispensável, como se mostrará. Mas as distinções dinheiro/capital e nacional/internacional não são da mesma natureza, pois o capital constitui uma relação econômica qualitativamente diferente da relação-valor e que se acrescenta a esta, ao passo que a distinção nacional/internacional constitui apenas uma particularização, ou maior concretização, do conceito da esfera da circulação.

Como categoria teórica, a esfera da circulação é uma representação abstrata necessária à análise teórica do capitalismo. Neste caso o procedimento é isolar a esfera da circulação como uma categoria homogênea. Na realidade, porém, a esfera de circulação mundial é constituída por certo número de esferas nacionais de circulação, ou, inversamente, por esferas nacionais cuja interconexão forma a esfera mundial, sob a forma específica de uma estrutura inter-nacional. A decomposição em esferas nacionais consiste então em uma concretização da categoria abstrata.

A definição do conceito de circulação, como categoria abstrata, é necessária para a caracterização adequada dos fenômenos da circulação. Eis como Marx a definiu:

“É preciso em primeiro lugar estabelecer o *conceito geral da circulação*. (...) A circulação é a determinação dos preços, o movimento no qual as mercadorias são convertidas em preços: seu realizar-se como preços. (...) Uma determinação essencial da circulação é que ela circula valores de troca, mais precisamente valores de troca determinados como preços. Por conseguinte, um tipo qualquer da troca de mercadorias, por exemplo barter, fornecimentos em espécie, obrigações feudais, etc., não constitui ainda a circulação. Para a circulação são necessárias, antes de tudo, duas coisas: primeiro: o pressuposto das mercadorias como preços; segundo: não atos isolados de troca, mas um circuito de trocas, uma totalidade delas, em fluxo constante, e que ocorrem em maior ou menor medida em toda a superfície da sociedade; *um sistema de atos de troca*” (Marx, 1977a, p. 120, grifos acrescentados).

Aplicada à esfera internacional esta definição implica que a circulação internacional consiste, primeiro, na formação dos preços internacionais das mercadorias; segundo, na circulação dos valores de troca como preços internacionais; terceiro, a constituição da esfera internacional de circulação requer não atos isolados

de trocas, mas um fluxo contínuo ou um ‘sistema internacional de atos de troca’. Estes elementos permitem identificar os requisitos necessários à constituição de uma esfera internacional de trocas.

A consideração da dimensão mundial da economia capitalista tem duas implicações analíticas relevantes. Primeiro, na medida que Marx concebe o capitalismo como um sistema mundial desde a origem, a esfera mundial deve ser entendida como a que corresponde, no plano empírico, ao conceito abstrato da esfera da circulação como palco indiferenciado da circulação das mercadorias e do dinheiro. A subdivisão da economia mundial em unidades nacionais diferenciadas indica uma diferença entre os termos *mundial* e *internacional*. O caráter mundial da economia implica uma esfera mundial homogênea de circulação, no sentido teórico acima, ao passo que a sua segmentação nacional implica uma mera particularização dos fluxos de circulação das mercadorias e do dinheiro entre esferas nacionais. Assim sendo, a esfera internacional será aqui entendida como o campo teórico dos fenômenos que expressam os fluxos de circulação das mercadorias e do dinheiro quando interceptados pelas fronteiras nacionais.

Do ponto de vista do dinheiro, a constituição da esfera internacional da circulação é relevante em pelo menos um aspecto fundamental: no desenvolvimento da economia mercantil o equivalente de valor só se torna realmente *geral* quando esta função se unifica em uma só mercadoria em todo o espaço mercantil, o que significa que o conceito de dinheiro e suas funções torna-se válido em toda a esfera mundial da circulação. Todavia, a conclusão deste processo apenas completa a constituição do dinheiro, sem introduzir qualquer elemento além dele. As diferenças existentes entre as esferas nacional e internacional de circulação dizem respeito apenas aos meios e formas através das quais o dinheiro desempenha suas funções, sem alterar a natureza deste. A constituição de um equivalente geral, que dissolve as particularidades dos diversos metais anteriormente utilizados como equivalentes nas subdivisões da esfera internacional ao mesmo tempo que a segmentação nacional subsiste, constitui um passo na tendência teórica de desenvolvimento de uma esfera de circulação mundial indiferenciada de circulação. Assim, a substituição da prata pelo ouro, no fim do século 19, constitui a realização histórica do resultado lógico da proposição de Marx sobre a transição da forma expandida para a forma geral do valor (OC I, p. 66).

Para maior precisão do conceito é conveniente, portanto, conceber a circulação entre países como uma série de atos D-M ou M-D, ou ainda D-D, representando a

circulação de mercadorias e dinheiro, e de capitais de empréstimo, respectivamente, interceptados pelas fronteiras nacionais. A fim de representar de modo explícito este aspecto característico da circulação internacional, estes atos podem ser representados como D-(f)-M, M-(f)-D ou D-(f)-D, sendo (f) um fator que simboliza o conjunto dos efeitos das fronteiras nacionais sobre os atos de circulação, que se interpõe entre seus polos mas não os desvirtua. Esta forma de representação das transações internacionais constitui a segunda das implicações mencionadas acima, isto é, a validade destas fórmulas como representação de processos reais baseia-se no pressuposto da constituição de uma esfera mundial de circulação dotada do dinheiro mundial (=ouro), sem o que as formas M e D não poderiam transferir-se como tais entre esferas nacionais de circulação. As formas D e M de uma esfera não teriam equivalência em outras. Ou seja, a validade das formas M e D em diferentes esferas nacionais implica uma esfera de circulação mundial que é homogênea, embora segmentada em esferas nacionais.

Deve-se notar que, tratando-se de economias capitalistas, os atos D-(f)-M e M-(f)-D representam o primeiro e o terceiro estágios dos ciclos dos capitais industriais, mas isto não altera sua natureza de fenômenos da circulação, em que o dinheiro e a mercadoria são simples elementos da circulação, como se mostrará. Realizando circuitos parcialmente internacionais, estes capitais podem ter as seguintes configurações:

1) D-(f)-M...P...M'-D', quando há importação de meios de produção. Deve-se notar que o refluxo do capital, representado por D', ocorre na esfera do importador. No plano monetário, portanto, este capital lança dinheiro na esfera externa e, ao final do ciclo, extrai dinheiro da esfera interna. Assim, caso esta importação não seja compensada por exportações partidas de outros capitais, a esfera interna terá sofrido redução do dinheiro (=ouro) em circulação, que terá que ser compensada a partir da reserva entesourada.

2) D-M...P...M'-(f)-D', consiste na exportação de um produto final, e é o inverso do ciclo anterior. O capital monetário D' ingressa na esfera exportadora e segue um curso correspondente ao do simples dinheiro, isto é, não retorna ao ponto de partida, que é um capitalista situado em outro país, mas integra-se ao ciclo do capital exportador. O ingresso de D' é um dos inúmeros pontos de entrada de dinheiro na esfera exportadora, como ocorre na circulação simples. Ao contrário do anterior, este capital é lançado na forma de dinheiro na esfera interna e extrai dinheiro da esfera

externa. Havendo excesso em relação às necessidades da circulação, este será absorvido pelo entesouramento.

Em ambos os casos acima, a venda de M' , em (1), e a compra de M , em (2), poderiam também representar operações internacionais, de modo que o fator (f) estaria presente nos dois estágios de cada capital.

3) Os mesmos atos podem representar operações de compra e venda, respectivamente, de mercadorias por empresas comerciais. Neste caso as fórmulas correspondentes seriam $D-(f)-M-D'$ e $D-M-(f)-D'$, e o dinheiro teria as mesmas trajetórias, transferindo-se sem retorno para a esfera externa, no primeiro caso, e ingressando na esfera exportadora no segundo.

Note-se que, embora se trate de ciclos de capitais, em nenhum dos casos há exportação ou importação de capitais, apenas operações de troca de equivalentes entre esferas diferentes e que, isoladamente, correspondem a operações da circulação simples. Do ponto de vista de cada capital, há metamorfoses da forma mercadoria para a forma dinheiro e vice-versa. Mas do ponto de vista da circulação monetária há saída e entrada definitivas de dinheiro, conforme o caso.

4) A forma $D-(f)-D'$ representa diretamente a exportação de capital de empréstimo, pressupondo o refluxo de D' à origem. Neste caso há, na realidade, dupla intersecção internacional, de modo que a representação mais correta do fenômeno seria $D-(f)-D-D'(f)-D'$, isto é, o ciclo do capital contém duas transferências internacionais mediadas pelo empréstimo $D-D'$. Por outro lado, o ciclo $D-(f)-D'$ pode ser tomado também como fórmula geral para representar a exportação ou importação de capital industrial. Neste caso há pelo menos duas possibilidades:

a) $D-(f)-D-M...P...M'-D'-(f)-D'$, quando o capital monetário é transferido para outra esfera de circulação, como investimento produtivo, retornando após completar seu ciclo. Neste caso o dinheiro descreve o ciclo próprio do capital, retornando ao ponto de partida, ao mesmo tempo que circula como simples dinheiro na esfera importadora. Embora o dinheiro retorne à esfera exportadora, por um lado o prazo de retorno depende dos tempos de rotação das partes circulante e fixa de cada capital, por outro lado retorna mais dinheiro do que o exportado, pois $D' > D$.

b) $D-M-(f)...P...M'-D'-(f)-D'$, quando o que se transfere são os meios de produção, ocorrendo o refluxo na forma-dinheiro. Neste caso o capital é exportado na forma de mercadorias (meios de produção) e retorna na forma de dinheiro, de modo que a esfera importadora sofre uma drenagem definitiva de dinheiro, que se integra à

esfera exportadora do capital. Disto se segue que pode ocorrer desigualdade nas transações monetárias entre dois países mesmo que haja igualdade nas transações em valor.

Todos os casos listados constituem atos de circulação simples ou capitalista das mercadorias e do dinheiro. A essência destas transações não se altera devido à intersecção de fronteiras, que apenas condiciona as diversas transações.

O exposto até aqui procura seguir o procedimento de Marx, que analisou a circulação monetária internacional sobre a mesma base conceitual da circulação interna, isto é, da teoria geral da circulação, o que pressupõe que a esfera internacional não constitui palco de fenômenos qualitativamente diferentes daqueles que ocorrem no interior das esferas nacionais. Portanto, a teoria geral da circulação constitui a base conceitual comum da análise dos fenômenos monetários em ambas as esferas. Isto não significa que a esfera internacional não possua especificidades e uma complexidade próprias - contidas na estrutura do fator (f), introduzido acima -, mas significa, por um lado, que as esferas nacionais e internacional de circulação são, conceitualmente, o local de um mesmo tipo de fenômeno, e, por outro lado, que as especificidades da esfera internacional decorrem apenas da introdução de elementos mais concretos do que aqueles necessários à análise da circulação de mercadorias e de dinheiro *stricto sensu*. Pressupondo circulação simples, tanto na esfera nacional quanto na internacional a circulação é circulação de mercadorias mediada pelo dinheiro, ao passo que, na circulação capitalista, a circulação de ambos representa momentos da circulação de capitais. Em ambas as esferas e situações os conceitos do dinheiro e de suas funções são aqueles desenvolvidos por Marx, com base em uma análise abstrata, na *Contribuição* e no *O Capital*. Isto implica que na elaboração da teoria do dinheiro e da teoria geral da circulação deve-se abstrair as diferentes esferas de circulação, ou seja, a diferenciação da esfera geral da circulação em subdivisões particulares, que são diferentes espécies de uma mesma família - a circulação de mercadorias e de dinheiro. A introdução da esfera internacional e sua diferenciação em esferas nacionais apenas afeta o modo de operação prática de ambos. No caso do dinheiro, afeta o modo pelo qual as diversas funções são realizadas e, em alguns casos, os instrumentos que as realizam, como se verá adiante.

Crítica metodológica a Ricardo

Marx criticou a teoria do dinheiro de Ricardo precisamente por não ter adotado o

procedimento acima descrito, isto é, por não ter analisado o dinheiro inicialmente em termos abstratos, ou seja, isolando-o dos fatores a ele estranhos. Segundo Marx, Ricardo distorceu a sua análise ao introduzir nela, indevidamente, a esfera internacional como fator explicativo. As particularidades da esfera internacional da circulação não constituem o dinheiro mas são, ao contrário, por ele constituídas. Sendo a circulação internacional apenas uma maior concretização do ciclo M-D-M, que gera o dinheiro, ambos não podem ser tratados simultaneamente, como se pertencessem ao mesmo nível de abstração. Ricardo elaborou, inicialmente, uma concepção do dinheiro coerente com a sua teoria do valor baseada no trabalho, mas distorceu-a ao introduzir abruptamente a dimensão internacional (Marx, 1980, p. 230). Idêntica crítica metodológica é dirigida aos autores da ‘banking school’, como Tooke, Fullarton e Wilson, aos quais no entanto se associa na oposição a Ricardo. Segundo Marx,

“De uma forma geral estes autores não focalizam o dinheiro, primeiro, no aspecto abstrato em que se desenvolve no interior da circulação simples e em que emerge da relação entre as próprias mercadorias em movimento. Como resultado disto eles oscilam sistematicamente, de um lado para outro, entre as determinações formais que o dinheiro recebe, em oposição às mercadorias, e as determinações do mesmo, nas quais ocultam-se relações mais concretas, como capital, rendimento e outros assemelhados” (Ibidem, p. 244-5).

A crítica de Marx é metodológica, ao insuficiente uso da abstração, porque produz uma teoria insustentável. Marx argumenta que Ricardo desvia-se para a dimensão internacional para viabilizar a inflexão na sua linha de análise, combinando-a com o enfoque oposto, representado pela teoria de Hume. A introdução da esfera internacional por Ricardo foi um artifício teórico necessário à exclusão indevida de “todas as outras determinações formais possuídas pelo dinheiro, excetuada a de meio de circulação” (Ibidem, p. 233). A mais evidente e artificial omissão, neste caso, foi a da forma-tesouro do dinheiro, ou sua função de meio de entesouramento. Somente graças a esta omissão, combinada à inclusão do comércio internacional, foi possível a Ricardo combinar a sua teoria do dinheiro dotado de valor intrínseco à pretensão da teoria quantitativa, de que o valor de troca do dinheiro desvia-se do seu valor real quando há um desajuste entre a sua quantidade e o valor total das mercadorias a circular em dado período de tempo. Ricardo cometeu, portanto, dois equívocos opostos relacionados com o método da abstração: por um lado incluiu na análise um elemento concreto indevido, que é a esfera internacional, e por outro lado excluiu indevidamente funções essenciais do dinheiro, mantendo

apenas uma, a de meio de circulação.

Marx assinala que Ricardo, no esforço de validar a sua versão da teoria quantitativa, deformou deliberadamente os fatos da circulação monetária, afirmando que os desequilíbrios da balança comercial não são causados por importações ou exportações excedentes, mas resultam de um fenômeno puramente monetário, que é a apreciação ou depreciação do dinheiro. Isto é, a balança comercial é deficitária não porque se importa mais do que se exporta, mas porque o dinheiro depreciou-se, por ter se tornado excedente internamente devido, por exemplo, à quebra de safra, elevando o nível interno de preços em relação ao mercado mundial e forçando, assim, a exportação do dinheiro (Marx, 1974, p. 254-5). Aqui a funcionalidade do comércio exterior combinada à omissão da função de meio de entesouramento apresenta-se com toda a clareza, pois sem o setor externo seria impossível manter esta última omissão, de origem quantitativa, e ao mesmo tempo a teoria do valor intrínseco do dinheiro, de Ricardo.

A crítica de Marx é atual e relevante, pois, contrariando a sua opinião, parece impossível, nos dias de hoje, mais do que no tempo de Ricardo e dele próprio, analisar a circulação monetária do capitalismo sem levar em conta a dimensão internacional por ela atingida. A incorporação desta à análise parece tornar-se impositiva, uma vez que, se no passado o próprio ouro circulava na esfera internacional como dinheiro mundial, atualmente suas funções de circulação são desempenhadas por dinheiro de crédito, e além disto expresso em um padrão monetário nacional, o dólar. Este nem é dinheiro, pois é dinheiro de crédito, nem é dinheiro mundial, pois é um padrão monetário nacional, mas funciona como meio de pagamento e de reserva internacional.

Todavia, a consideração da esfera internacional não constituirá um erro metodológico análogo ao que Marx criticou em Ricardo, desde que se utilize as teorias do dinheiro e do dinheiro de crédito, tal como elaboradas por Marx, como base conceitual na análise dos fenômenos monetários internacionais, concebidos como uma particularidade das categorias previamente elaboradas da teoria geral da circulação e do dinheiro. Deste modo, a objeção à teoria do dinheiro-mercadoria, feita por autores marxistas, incorre na distorção metodológica criticada por Marx, pois baseia-se em elementos da configuração concreta da circulação monetária internacional, principalmente o fato de que o dinheiro (=ouro) já não circula na esfera internacional.

Sistema monetário e sistema de crédito

Marx distingue a circulação simples e a capitalista como duas configurações da circulação. A primeira caracteriza-se pelo domínio da relação-valor, ou seja, do dinheiro. Na segunda a relação-capital agrega-se à relação-valor e o meio circulante compõe-se, crescentemente, do dinheiro de crédito ao invés do dinheiro. Estas duas situações são denominadas, por Marx, respectivamente, com as expressões ‘sistema monetário’ e ‘sistema de crédito’. O sistema monetário designa a esfera da circulação correspondente à circulação simples de mercadorias, abstraída a relação-capital, e na qual o próprio dinheiro (=ouro) realiza as funções monetárias que lhe cabem. Como primeiro passo da análise do capitalismo, a abstração ou representação abstrata da chamada produção simples de mercadorias e a correspondente circulação simples permitem focalizar o desenvolvimento do dinheiro como expressão da pura relação de compra/venda, independentemente da natureza dos produtores. O desenvolvimento das funções do dinheiro dá origem ao sistema monetário propriamente dito, em que o dinheiro (=ouro) circula diretamente, apenas complementado por signos de valor e por títulos comerciais como meio de circulação.

Com o surgimento da relação-capital o sistema monetário converte-se em sistema de crédito, com base na generalização e predomínio da função de meio de pagamento do dinheiro, a partir da qual desenvolvem-se o crédito monetário e o sistema bancário, que evolui até sua integração pela constituição de um banco central. Sobre esta base constitui-se uma hierarquia, em pirâmide, de títulos de crédito funcionando como meio de circulação e de pagamento, que formam a base do dinheiro de crédito. O mesmo deve ocorrer na esfera internacional. Portanto, ao analisá-la deve-se identificar em primeiro lugar as funções do dinheiro como expressão da mera relação-valor, introduzindo em seguida o capital. Considerando porém, como já mencionado, que o capitalismo, segundo Marx, é desde o início um sistema mundial, isto implica que o sistema monetário e o sistema de crédito desenvolvem-se simultaneamente nas esferas nacionais e na internacional. Assim, a esfera da circulação internacional, sob a hipótese da circulação simples, constituiria o ‘sistema monetário internacional’, e sob circulação capitalista o ‘sistema de crédito internacional’.

Assim, embora seja uma categoria essencial da economia capitalista, o dinheiro não é um produto do capitalismo, que o herda do desenvolvimento da esfera da circulação sob as condições da economia mercantil anterior ao capitalismo (Marx,

1980, p. 39; Harvey, 1982, p. 251). Sendo assim, o primeiro passo na análise das características da circulação monetária internacional é partir do pressuposto da circulação simples a fim de determinar as especificidades que o caráter internacional imprime à simples circulação das mercadorias e do dinheiro.

Aspectos históricos da análise da interação monetária nacional/internacional

Na exposição de Marx aparecem dois movimentos em sentidos aparentemente contrários, no processo de constituição do dinheiro nas esferas nacional e internacional da circulação. O primeiro movimento é de fora para dentro, isto é, Marx sustenta que a circulação das mercadorias e o dinheiro surgem historicamente não no interior das comunidades primitivas - portanto não na esfera interna das economias - mas nos pontos de contato entre comunidades diferentes (Marx, 1980, p. 26, 210; Marx, 1980, p. 299). Como o dinheiro é transferido entre esferas de circulação submetidas a diferentes regras (codificadas em leis ou baseadas apenas no costume), ele não pode derivar o seu valor da convenção - como no caso dos signos de valor, por exemplo - pois as convenções e leis são válidas apenas nas esferas nacionais, mas deve ser um objeto dotado de valor intrínseco, isto é, uma mercadoria, cujo valor decorre do trabalho que custa a sua produção. Por conseguinte, na circulação internacional o dinheiro só pode desempenhar as suas funções na forma direta de mercadoria, sem marcas de nacionalidade. Todavia, no desenvolvimento posterior da circulação interna o dinheiro, constituído nas relações com o exterior, é reduzido a moeda ou mero meio de circulação, através da sua sujeição a normas legais específicas de cada país, que definem a unidade de referência para a medida dos preços - o padrão de preços ou padrão monetário - e determinam os materiais que podem ser utilizados como substitutos do dinheiro na função específica de meio de circulação, os signos de valor. Portanto, as esferas nacionais não criam o dinheiro, mas apropriam-se dele, vestem-no com as marcas nacionais e o condicionam ao seu aparato legal. Assim, neste primeiro movimento o padrão monetário aparece como uma particularização nacional do dinheiro mundial.

O segundo movimento, característico do capitalismo moderno, dá-se no sentido contrário, das esferas nacionais para a internacional. É como se o dinheiro, após constituído nas trocas internacionais, tivesse se introvertido e desenvolvido nas esferas nacionais como moeda. Com o desenvolvimento interno da riqueza, porém, surge o entesouramento ou armazenamento da riqueza na forma geral do valor. Para

isto a moeda deve reconverter-se em dinheiro, ou seja, este despoje o ‘uniforme nacional’ com que foi vestido ao ser convertido em moeda e reassume a forma explícita de mercadoria do dinheiro, que é o ouro, e nesta forma rompe novamente as fronteiras nacionais e se constitui em dinheiro mundial. Marx é explícito na listagem das formas puramente convencionais - derivadas do dinheiro com base nas leis locais -, próprias das esferas nacionais: “padrão de preços, moeda, moeda divisionária e signo de valor”, formas das quais o dinheiro “despoja-se” ao ingressar na esfera internacional. Este segundo movimento articula-se, na exposição de Marx, ao desenvolvimento histórico do mercado mundial na transição entre o feudalismo e o capitalismo.

Um longo e complexo período histórico interpõe-se entre os dois movimentos. O primeiro sugere uma explicação para a origem do dinheiro no desenvolvimento espontâneo das trocas, e que posteriormente evolui, em circunstâncias determinadas, em esferas internas limitadas dos modos de produção anteriores ao capitalismo. Dada a característica mundial do capitalismo, com a sua expansão desenvolve-se o dinheiro simultaneamente como dinheiro mundial e como base dos padrões monetários nas esferas nacionais. Todavia, o desenvolvimento do capitalismo implica o desenvolvimento de elementos essenciais a uma expansão que ultrapasse as barreiras representadas por uma circulação puramente metálica, e estes elementos desenvolvem-se em ambas as esferas - nacional e internacional - simultaneamente e apoiando-se reciprocamente. O elemento essencial a este processo é o crédito comercial e seu produto imediato, a letra de câmbio como título comercial mais difundido, como se mostrará a seguir.

As funções do dinheiro na esfera internacional

Os conceitos desenvolvidos na análise abstrata da circulação das mercadorias e do dinheiro, já expostos, constituem um dos elementos da análise marxista da circulação internacional. O outro consiste nos efeitos derivados da intersecção nacional, que definem o maior grau de concretude que caracteriza o tema. Um destes efeitos, segundo Marx, é a alteração na hierarquia das funções do dinheiro e nas formas em que ele as realiza, em relação à circulação geral, sem que se altere a natureza destas funções e formas.

A mais proeminente função do dinheiro é a de dinheiro mundial. Apesar de tratar especificamente desta função, Marx assinala que não se trata de uma nova função. Ao

contrário, é na esfera internacional que o dinheiro em primeiro lugar aparece objetivamente como equivalente de valor de caráter *geral* e realiza as funções próprias do dinheiro enquanto tal. O que eleva o dinheiro à condição de dinheiro mundial é especificamente o fato de que, através da expansão do comércio mundial, as mercadorias desdobram o seu valor cada vez mais amplamente em toda a esfera mundial da circulação. E o que expande o comércio ao âmbito mundial é a difusão da revolução industrial e seus efeitos, produzindo em massa e gerando o consumo de massa, uniformizando padrões de produção e consumo, e com isto uniformizando também as expressões de valor e reduzindo-as, progressivamente, a uma forma única - o dinheiro (=ouro). De modo inverso, a conversão do ouro em dinheiro mundial converte a indústria e o comércio apenas em meios de captá-lo em todos os recantos do mercado mundial e, através disto, em fatores de aceleração da unificação do mercado mundial.

Deste modo, a adoção do ouro pelos principais países, no último quarto do século 19, originando o chamado 'padrão-ouro internacional', não é um fenômeno estritamente monetário. É a expressão monetária da unificação da esfera mundial da circulação sob o impulso dissolvente da expansão do capital industrial, da qual emerge o ouro como dinheiro mundial. Portanto, a sua explicação teórica situa-se fora do campo monetário, noção que corresponde à concepção do dinheiro, na teoria de Marx, como uma categoria em tudo derivada e dependente da produção e da circulação das mercadorias, e especificamente do capital, quando este está constituído. A eliminação da prata da condição de dinheiro de uma parte da economia mundial foi o último episódio da constituição do dinheiro mundial. Como já mencionado, na medida que tanto o ouro quanto a prata constituíam equivalentes de valor, cada um adotado por um grupo de países, não havia um equivalente geral, mas dois, nenhum deles sendo, portanto, realmente *geral*, e cada um operando em uma parte da esfera internacional de circulação. Na economia mundial havia, portanto, duas esferas de circulação que se interpenetravam. Mas Marx também observou que, em uma esfera nacional, só podia haver um equivalente. Disto deduz-se que o estabelecimento de vínculos econômicos cada vez mais estreitos entre os países conduziria, necessariamente, à constituição de um único equivalente de valor, isto é, de um equivalente efetivamente *geral*, fenômeno que se realizou sob o chamado 'padrão-ouro internacional'.

A segunda função a considerar é a de meio de circulação, na qual o dinheiro

medeia os ciclos M-D-M na circulação geral das mercadorias. Na esfera internacional, porém, o dinheiro (=ouro) não realiza esta função, que constitui uma característica específica das esferas nacionais de circulação, uma vez que, neste caso, o dinheiro (=ouro) é reduzido a moeda e signo de valor, como já mencionado. Já como dinheiro mundial o ouro perde as características do padrão monetário e os símbolos e convenções a ele vinculados, e reduz-se à sua forma original de mercadoria: o que vale são o seu quilate e peso. Só o dinheiro mundial possui validade em todas as esferas nacionais, ao passo que o meio de circulação só vale no interior das esferas nacionais. Por outro lado, os pagamentos entre países implicam a transferência definitiva do dinheiro da esfera devedora para a credora, não podendo este, portanto, ser mero signo de valor, mas devendo possuir valor real, isto é, ser mercadoria. Não se trata, porém, de escambo, pois neste não há equivalente geral e a categoria valor não está desenvolvida. O comércio internacional capitalista, ao contrário, pressupõe o ouro como dinheiro mundial e equivalente geral de valor, do que se segue que a equivalência de uma mercadoria em ouro é seu preço-dinheiro e expressa seu valor plenamente desenvolvido.

Na esfera internacional o dinheiro "... funciona, no entanto, apenas nas duas formas desenvolvidas de meio de compra e de meio de pagamento ..." (Marx, 1974, p. 233). A função de meio de compra não é classificada por Marx como função específica do dinheiro, mas a menciona em diversas passagens referentes a outras funções. O conceito aparece em três circunstâncias, com sentido ligeiramente diferente nas circulações interna e externa. A primeira é na exposição da função de meio de circulação, quando o produtor compra mercadorias à vista após ter vendido. A segunda é na função de meio de pagamento, quando compra com pagamento diferido, funcionando o dinheiro como 'meio ideal de compra' (OC, I, p. 115). Nos dois casos a compra designa meramente a aquisição da mercadoria no seu processo de circulação. O sentido é diferente na terceira utilização, referente ao comércio internacional: o dinheiro funciona 'exclusivamente como meio de compra' quando um país compra de outro sem ter vendido ou vir a vender, e deve portanto pagar em dinheiro (=ouro), por exemplo na aquisição de alimentos no exterior sem contrapartida, devido a uma quebra da safra nacional.

A especificidade desta função no comércio internacional consiste em que, neste caso, o dinheiro funciona como meio de compra apenas na forma de dinheiro real

(=ouro), sem poder ser moeda. Efetivamente, sendo aquisições excepcionais, terão que ser pagas com dinheiro (=ouro), portanto fora do mecanismo normal da compensação de letras de câmbio. Portanto, as duas funções do dinheiro como dinheiro mundial são a de meio de pagamento dos saldos das compensações internacionais, a função dominante, e a de meio de compra nas transações unilaterais, de caráter excepcional.

A função de meio de pagamento para a liquidação dos saldos comerciais

À medida que o comércio internacional se desenvolve, expande-se a função de meio de pagamento do dinheiro, de modo que, como na esfera nacional, é o crédito comercial que funciona como meio de promover a mudança de mãos das mercadorias. O dinheiro só ingressa na circulação no vencimento. Logo que o comércio internacional adquire regularidade, o dinheiro passa a funcionar principalmente na liquidação dos saldos da compensação de dívidas recíprocas, que é, de fato, o método dominante de pagamentos internacionais.

A função de meio de pagamento desempenha um papel fundamental na edificação do sistema monetário do capitalismo. Segundo a teoria de Marx, o crédito comercial - o diferimento do pagamento - constitui a base espontânea da função de meio de pagamento do dinheiro, e esta a base de todo o sistema de crédito e especificamente do sistema bancário e do dinheiro de crédito. Esta interpretação baseia-se na análise concreta da esfera nacional da circulação e na teoria geral da circulação. Como esta se aplica, igualmente, à esfera internacional, é legítimo pressupor que os desdobramentos, nesta esfera, sigam os mesmos lineamentos gerais dos verificados nas esferas nacionais. A hipótese básica da presente pesquisa, com efeito, é que na esfera internacional a expansão da circulação de mercadorias dê origem, também, à expansão do crédito comercial e da função de meio de pagamento do dinheiro e, conseqüentemente, crie as bases para o desenvolvimento de formas progressivas de dinheiro de crédito, o que pressupõe, por seu turno, o desenvolvimento de um sistema bancário internacional. O passo imediato consiste, portanto, em investigar o desenvolvimento da função de meio de pagamento na esfera internacional e suas implicações.

No desenvolvimento da função de meio de pagamento internacional teve papel fundamental a letra de câmbio, que é um título de crédito que circula até o vencimento desempenhando funções do dinheiro. A utilização das letras de câmbio,

entre outras vantagens, evitava o transporte do próprio dinheiro (=ouro), que era incômodo devido ao peso e ao risco de perda por acidentes ou assaltos. As letras de câmbio desempenharam funções monetárias durante vários séculos antes que se vinculassem ao crédito monetário por intermédio do desconto. Neste período inicial, agentes específicos tornaram-se comerciantes de letras de câmbio, representando o que Marx denominou ‘capital de comércio de dinheiro’, responsável, em nome de comerciantes, por operações monetárias de caráter meramente técnico, como pagamentos, recebimentos, compensação de créditos recíprocos, guarda de saldos em dinheiro, etc. Justifica-se a longa citação de Marx, a seguir:

“O comércio de dinheiro, o comércio com a mercadoria-dinheiro desenvolve-se, portanto, primeiro a partir do comércio internacional. Assim que passam a existir diferentes moedas nacionais, os comerciantes que comprem em países estrangeiros precisam converter sua moeda nacional em moeda local, e vice-versa, ou então converter diferentes moedas em prata ou ouro puros, não cunhados, como dinheiro mundial. Daí o negócio do câmbio, que deve ser considerado como um dos fundamentos naturalmente desenvolvidos do moderno comércio de dinheiro. Dele se desenvolvem bancos de câmbio, nos quais prata (ou ouro) funciona como dinheiro mundial (...), em contraste com a moeda corrente. (...) O comércio com ouro e prata enquanto mercadorias (matérias-primas para a confecção de artigos de luxo) constitui a base naturalmente desenvolvida do comércio de barras (*bullion trade*) ou do comércio que medeia as funções do capital como moeda mundial. Essas funções (...) são duplas: correr de lá para cá entre as diferentes esferas nacionais da circulação para a compensação dos pagamentos internacionais e nos casos das migrações do capital colocado a juros; ao lado disso, movimento a partir das fontes de produção dos metais nobres pelo mercado mundial e distribuição da oferta entre as diversas esferas nacionais da circulação” (OC, III, p. 238-9).

As letras de câmbio não eram descontadas, mas compradas e vendidas, portanto não havia vínculo com o crédito monetário, como já mencionado (Kindleberger, p. 39). Mesmo assim, a sua utilização nas transações internacionais teve importantes efeitos monetários decorrentes da sua compensação. Em cada país as letras eram transacionadas entre exportadores e importadores, compensando-se e reduzindo a um mínimo a necessidade de pagamentos internacionais em dinheiro (=ouro). O dinheiro funcionava, portanto, como meio de pagamento internacional. Estabelecia-se em cada praça um mercado de letras de câmbio, no qual a relação entre a oferta e a demanda determinava oscilações, limitadas pelos chamados ‘pontos de ouro’, nas taxas de câmbio das diversas moedas. Em momentos de escassez de letras para a cobertura de saldos devidos ao exterior, a liquidação tinha que ser feita em espécie, isto é, com dinheiro (=ouro). Em uma base anual, a ocorrência de superávit ou déficit comercial entre dois países refletia-se em transferência física de ouro para o país superavitário, sem interferência de autoridade monetária ou previsão de reserva de ouro. A

centralização e o controle da reserva nacional são fenômenos que emergem com o sistema bancário desenvolvido.

Os bancos privados surgem na Europa inicialmente apenas como forma mais pura do comércio de dinheiro, realizando principalmente operações de câmbio, depósito e remessas para o exterior, e esporadicamente crédito monetário, mesmo assim apenas localmente. Na teoria de Marx a periodização da evolução das relações de crédito deve ser referida aos períodos significativos que marcam o desenvolvimento do capitalismo. Sendo este caracterizado, especificamente, pelo domínio do capital sobre a esfera produtiva, Marx caracteriza a revolução industrial como a condição da efetivação deste domínio. Considerando que a plena constituição do capital industrial constitui também uma condição para a subordinação plena dos capitais comercial e bancário à sua lógica, é necessário estabelecer explicitamente uma relação entre o desenvolvimento do capital industrial e do sistema bancário. Deve-se admitir, nesta linha, que o sistema bancário na sua feição moderna só começa a desenvolver-se após a revolução industrial. À medida que esta se difunde, os bancos são gradualmente subjugados pela estrutura da rotação dos capitais em conjunto, que determina a oferta e demanda do capital de empréstimo, matéria-prima com a qual os bancos operam, fornecida pelos capitais industrial e comercial, este reduzido a um apêndice do primeiro. Há outros fatores de caráter precursor, que devem ser levados em consideração, vinculados ao desenvolvimento dos estados nacionais e dos capitais comercial e usurário antigos, e que não se situam na esfera da produção. Dois dos mais importantes entre estes são o financiamento da dívida pública e a gestão das transações financeiras do Vaticano.

Verifica-se portanto que, de modo idêntico ao que ocorre nas esferas nacionais de circulação, a difusão do crédito comercial e da função de meio de pagamento do dinheiro constituem, também na esfera internacional, a base para o surgimento e a expansão, no capitalismo, das bases do dinheiro de crédito e do sistema bancário que constitui o seu fundamento mais imediato. Sendo assim, a linha de abordagem indicada, com base na teoria de Marx, para a análise do desenvolvimento das formas concretas do sistema monetário internacional, é investigar o desenvolvimento das relações de crédito - e especificamente bancárias - na esfera internacional.

As demais funções e fenômenos monetários realizam-se, na esfera internacional, de modo idêntico às esferas nacionais, com especificidades que não afetam a sua natureza comum. Assim, a quantidade de dinheiro presente na circulação

internacional é determinada de modo idêntico à esfera nacional, em função da soma de valores de mercadorias a circular e do valor do dinheiro, dada a velocidade deste. Sendo esta soma uma grandeza continuamente variável, segue-se que a quantidade de dinheiro na circulação internacional deve flutuar correspondentemente, o que implica a função de meio de entesouramento como mecanismo de ajuste da quantidade de dinheiro em circulação à demanda da circulação em cada momento. Antes da constituição do sistema bancário e de um banco de reserva - o banco central -, os tesouros encontram-se dispersos em toda a economia, nas mãos dos produtores individuais. Tais tesouros devem a sua existência, no nível individual, tanto à ânsia da pura acumulação de riqueza quanto à necessidade de reservas para os vencimentos correspondentes ao desempenho da função de meio de pagamento. A consideração da esfera internacional revela que, ao lado da reserva condicionada pela circulação interna, deve formar-se uma reserva de meios de pagamento internacionais, necessários para a liquidação dos saldos internacionais, como já exposto.

Conclusões

A investigação conduzida nesta pesquisa permitiu, em primeiro lugar, deixar claro que a teoria do dinheiro de Marx apóia-se em uma estrutura conceitual geral, que se aplica tanto às esferas nacionais da circulação quanto à internacional. Com base nela, Marx lançou os fundamentos teóricos que permitem a análise consistente da esfera internacional. No presente artigo, porém, focalizou-se principalmente a teoria geral da circulação e as correspondentes funções do dinheiro como mero instrumento da circulação internacional. Ficaram excluídas e remetidas à extensão posterior do trabalho, os textos em que Marx focaliza especificamente os fenômenos internacionais sob o capitalismo desenvolvido, que se concentram especialmente no livro III de *O Capital*.

Por outro lado, considerando a dependência existente, na teoria de Marx, entre os fenômenos monetários e o processo material de produção e circulação de mercadorias, constatou-se nesta pesquisa que esta relação de dependência permite estabelecer um vínculo específico entre a periodização da evolução do sistema monetário internacional e do capital industrial em termos globais. Assim, o sistema bancário, na sua feição moderna, só pode começar a emergir a partir da consolidação e difusão da revolução industrial. Esta constatação sugere que, na continuidade desta pesquisa, o vínculo industrial/bancário seja mais rigorosamente focalizado a fim de

estabelecer as bases precisas da periodização da evolução do sistema monetário internacional.

Bibliografia

- GERMER, C.M. (1997). Credit money and the functions of money in capitalism. *International Journal of Political Economy*, v. 27, nº 1, Spring, pp. 43-72.
- GERMER, C.M. (1999). Elementos para uma crítica marxista do conceito de padrão-ouro. *Estudos Econômicos*, v. 29, n. 4, p. 575-600.
- HARVEY, D. (1982). *The Limits to Capital*. Chicago : The Univ. of Chicago Press.
- HÜLMANN (1826/29). *Städtewesen des Mittelalters*. 2 v. Bonn : s/e. (Citado por Marx).
- ITOH, M. & LAPAVITSAS, C. (1999). Political economy of money and finance. London : Macmillan.
- KINDLEBERGER, C.K. (1984). A financial history of Western Europe. London : George Allen & Unwin.
- LAPAVITSAS, C. (1994). The banking school and the monetary thought of Karl Marx. *Cambridge Journal of Economics*, v. 18, n. 5, p. 447-61.
- LAPAVITSAS, C. (1996). The classical adjustment mechanism of international balances: Marx's critique. *Contributions to Political Economy*, 15, 63-79.
- MARX, K. (1974). Para a crítica da economia política. In: MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção J.A. Giannotti. São Paulo : Abril Cultural. P. 107-263.
- MARX, K. (1976). Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. v. 3. 3a. ed. México : Siglo xxi Argentina Editores.
- MARX, K. (1977a). Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. v. 1, 9a. ed. México : Siglo xxi Argentina Editores.
- MARX, K. (1977b). Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. v. 2, 6a. ed. México, Siglo xxi Argentina Editores. 493 p. 1a. ed. 1972.
- MARX, K. (1980). Zur Kritik der Politischen Ökonomie. Berlin : Dietz Verlag. MEGA, II/2.
- MARX, K. (1983-1985). O Capital; crítica da economia política. 3 v., 5 t. São Paulo : Abril Cultural.
- MILL, J.S. (1983). Princípios de Economia Política : Com algumas de suas aplicações à filosofia social. v. 2. São Paulo : Abril Cultural.
- REUTEN, G. and WILLIAMS, M. (1989). Value form and the state : the tendencies of accumulation and the determination of economic policy in capitalist society. London/New York : Routledge.
- SAAD-Filho, A. (1993). Labor, money, and 'labour-money': a review os Marx's critique of John Gray's monetary analysis. *History of Policital Economy* 25(1):65-84.
- SMITH, A. (1952). An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. Chicago : Encyclopaedia Britannica.
- THORNTON, H. (1962). An inquiry into the nature and effects of the paper credit of Great Britain (1802). Introduction by F.A. v. Hayek. London : Frank Cass.

Fundamentos teóricos da análise marxista do sistema monetário internacional

Claus M. Germer

O presente artigo focaliza a caracterização, feita por Marx, da esfera internacional da circulação monetária ou sistema monetário internacional. Esta pesquisa é um subproduto de uma discussão sobre o caráter de mercadoria, atribuído por Marx ao dinheiro e contestado por diversos autores marxistas. O objetivo do artigo é deduzir, das indicações dispersas de Marx sobre o tema, uma estrutura conceitual consistente para a análise pretendida. Todavia, o artigo aborda apenas uma parte da estrutura conceitual básica, a relativa aos conceitos da teoria do dinheiro, omitindo a teoria do capital monetário na esfera internacional, remetida a análise posterior.